



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Pol'

DSATS
A Secretária-Geral

06/06/09

[Signature]
Maria do Rosário Boléo
A Secretária-Geral

Of.º n.º 4258/MAP - 8 Junho 06

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício n.º 1940	20-03-2006	Registo n.º 1500	21-03-2006

ASSUNTO: RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 1667/X (1ª) - AC DE 16 DE MARÇO DE 2006, DOS SENHORES DEPUTADOS JOÃO CRAVINHO E OUTROS (PS) HUGO NUNES - TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE FARO.

*DEB. Miguel FURTAS
Adelina Pinho
Jovita Lages
David Nelsons*

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 2994 de 8 de Junho, do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Á DAPLEN
06/06/09

[Signature]
A Directora de Serviços

Pol' A Chefe do Gabinete

[Signature]
Maria José Ribeiro

COS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
3547
Gabinete da Secretária-Geral
06/06/09
Proc.º n.º 3

Ar.º Eduardo Gomes
[Signature]

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
Entrada N.º 2751 em 06/06/09



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	
Entrada N.º	3762
Processo N.º	8 / 6 / 2006

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de
Sua Excelência o Ministro dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento (A.R.)
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
 Of. 1967/MAP
 Of. 3684/MAP

SUA COMUNICAÇÃO
 27.03.06
 25.05.06

NOSSA REFERÊNCIA
 Pº 1298/2005
 Nº 2994

LISBOA - 8 JUN. 2006

ASSUNTO: Requerimento n.º 1667/X/(1ª) – AC de 16 de Março de 2006
Tribunal da Relação de Faro

Relativamente ao pedido de informação sobre qual a data previsível para a remodelação do Palácio de Justiça de Belmarço e da entrada em funcionamento do Tribunal da Relação de Faro, de acordo com informação do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça (IGFPJ), cumpre informar:

Na sequência da decisão de reorganizar o tecido judicial do distrito de Faro, o Ministério da Justiça encontra-se a preparar o projecto para criação do novo “Campus de Justiça” de Faro, viabilizado pela cedência do Município de Faro de dois terrenos, pelo que, após análise do património existente naquela cidade e das necessidades dos diversos Tribunais entendeu-se ser esta a melhor solução para os diversos constrangimentos detectados.

Assim, o projecto irá prever a construção nos terrenos cedidos de dois novos edifícios que constituirão o “Campus”, um deles destinado ao Tribunal de Comarca, de Família e Menores e do Trabalho e outro destinado à Polícia Judiciária.

Esta solução será financiada através da venda de vários dos edifícios actualmente ocupados pelo Ministério da Justiça em Faro, tendo já sido pedida a avaliação dos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

edifícios à Direcção Geral do Património, bem como pela futura rescisão de contratos de arrendamento.

Assim, tendo em conta a área do actual palácio de Justiça, a sua funcionalidade e as suas características arquitectónicas, concluiu-se que este edifício, até pelo seu valor histórico e simbólico, tem as condições adequadas para alojar o Tribunal da Relação, com dignidade e com um investimento menos significativo, comparado com o que seria necessário para adaptar o “Palácio de Belmarço”, para além de este ter uma área muito inferior, o que limitava futuras ampliações, ser menos funcional e exigir grande manutenção.

O IGFPJ encontra-se a coligir os programas dos Tribunais e da Polícia Judiciária, com vista a iniciar a elaboração do programa de concurso e caderno de encargos do “Campus” de Faro.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,

(Filipe Costa)